



APÓS QUESTIONAMENTOS DO STIU-MA, GOVERNADOR REAFIRMA QUE NÃO PRIVATIZARÁ A CAEMA

SINDICATO E TRABALHADORES QUEREM DEBATER A POLÍTICA DE SANEAMENTO DO ESTADO E O FUTURO DA CAEMA PÚBLICA

No mês de janeiro de 2017, o STIU-MA enviou o Ofício 015/2017 ao senhor Davi Telles, presidente da CAEMA, solicitando reunião para tratar de rumores relacionados à privatização da empresa. Tais rumores tinham origem em reportagens publicadas em veículos de grande circulação nacional, bem como, em Blogs locais.

As notícias davam conta de que o governo do Estado do Maranhão, em companhia dos governos de mais 17 estados da federação aderiram ao programa de privatização de empresas de saneamento proposto pelo governo federal, via BNDES. Em especial, uma reportagem do Jornal O Globo chamou atenção, com o seguinte trecho: *“O programa de concessões em saneamento do governo federal, capitaneado pelo BNDES, ganha fôlego neste início de 2017 com o anúncio de uma primeira onda de licitações. **Pelo menos oito estados que aderiram ao programa — ao todo são 18 — vão dar partida à contratação dos estudos técnicos que definirão a modelagem para conceder companhias públicas de saneamento à iniciativa privada.** O banco de fomento já publicou aviso de licitação em sua página na internet para os primeiros seis editais, referentes a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), **Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema)**, Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa), Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal). O edital sai até o fim de março”.*

Dessa forma, mais que rumores, tínhamos elementos claros de que o programa de concessões do BNDES, que teve adesão do Governo do Maranhão, tinha como objetivo final a privatização de empresas estaduais.

De posse dessa e de outras notícias, o STIU-MA reuniu sua diretoria e deliberou que, antes de qualquer movimentação ou manifestação pública, a prudência requeria ouvir a empresa e o governo. Primeiro, reunimos por duas vezes com o secretário de Governo Antonio Nunes, que não adiantou qualquer posicionamento claro do Governo do Maranhão. E, no último dia 24 de janeiro, o Sindicato reuniu-se com o presidente da CAEMA, representado pelos diretores Rodolfo Cesar, Ana Tereza, Mariano Prazeres, Itaci Melo, Raimundo Braga, Vâner Almeida e Wellington Diniz.

Os dirigentes sindicais fizeram uma exposição dos fatos ao presidente da empresa, ressaltando dois pontos principais: o primeiro foi a promessa de campanha do então candidato Flávio Dino, que se comprometeu com os trabalhadores e trabalhadoras da CAEMA de se empenhar pela manutenção da empresa como pública descartando qualquer possibilidade de privatização; e o segundo ponto, o clima de pânico e incerteza, que os rumores de privatização provocaram entre os trabalhadores, afetando forte e negativamente o clima organizacional da empresa.

Diante destas questões, os dirigentes sindicais questionaram o presidente da empresa sobre uma possível privatização, lembrando que a diretoria da empresa e o Governo do Estado deviam esse esclarecimento aos trabalhadores e trabalhadoras e aos seus legítimos representantes.

O presidente da empresa reafirmou o que já havia dito anteriormente em reportagens, de que, enquanto fosse presidente, não haveria privatização da empresa, e que em contato com o governador do Estado, nunca havia presenciado nenhuma manifestação sua no sentido de privatizar a empresa. O presidente da CAEMA também reafirmou a existência de grande soma de recursos disponíveis para que a empresa possa investir em curto e médio prazo no sentido de melhorar sua eficiência no atendimento à população.

Os dirigentes sindicais ponderaram que, mesmo respeitando a posição institucional do presidente da CAEMA, procurariam o governador, pois queriam que o mesmo se pronunciasse publicamente sobre a não privatização, de forma que isso tranquilizasse os trabalhadores e trabalhadoras, e que esse pronunciamento seria uma forma de ratificar as promessas de campanha e a palavra empenhada à própria direção do STIUMA na ocasião.

Um dia depois da reunião com presidente da CAEMA, ou seja, no dia 25/01/2017, o governador Flávio Dino, fazendo uso das redes sociais twitter e facebook, deu as seguintes declarações:

“O BNDES consultou-nos sobre o seu desejo de fazer estudos técnicos e sugerir eventuais caminhos para aumentar serviços de saneamento”.

“No futuro, iremos debater esses estudos técnicos, desde logo excluindo hipóteses de privatização da CAEMA, como já reiterei diversas vezes”.

“Não teria lógica nem ponderação impedir estudos técnicos que serão feitos por instituição importante e séria. No caso o BNDES”.

“Estamos investindo na CAEMA para que tenha maior eficiência e consiga prestar serviços de mais qualidade. É o que a população precisa muito”.

“Volto a esclarecer que, no meu mandato, não haverá privatização da CAEMA. Ao contrário, temos vigoroso programa de investimentos em curso”.

“O que não abrimos mão é de buscar ampliação do saneamento, e estamos usando todos os meios para isso. Nosso foco é a população”.

As mensagens do governador, via redes sociais, responderam vários questionamentos feitos pelo STIU-MA ao presidente Davi Telles. De certa forma, as dúvidas que pairavam e que provocavam incerteza em parte desanuviaram. Todavia, o STIUMA vai insistir na audiência com o governador para que diversos pontos de interesse das partes sejam debatidos, da mesma forma que implantará uma agenda permanente para tratar desse tema. Podemos e devemos contribuir com o debate sobre a Política Estadual de Saneamento. Temos conhecimento técnico sobre o setor e sobre a Caema e compromisso político com o saneamento público.

Outro ponto importante será a atuação do STIU-MA através da Comissão Paritária de Gestão Compartilhada. Tal comissão, prevista no Acordo Coletivo de Trabalho vigente e formalmente criada através da Portaria PR Nº 0536/2016, atuará junto à Diretoria da CAEMA no sentido de acompanhar a correta aplicação dos recursos financeiros destinados à empresa.

O Sindicato dos Urbanitários procurará subsidiar a atuação do companheiro José do Carmo, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa para que sua intervenção nesse importante momento da empresa garanta a fiscalização dos recursos e sua correta aplicação, visto que conforme a Lei das S.A's; cabe ao conselheiro fixar a orientação geral dos negócios da companhia.

O posicionamento do Governador também é fruto de nossa movimentação, cobrança e estado permanente de alerta. É um passo importante, mas queremos mais.

Vamos à luta, grandes desafios nos esperam.

A DIRETORIA DO STIU-MA

Água e Energia não são mercadoria!